



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

HABITAR O PLANO DA METRÓPOLE: TIPOLOGIAS E APROPRIAÇÃO SOCIAL DA MORADIA  
EM MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA/DF

**Patrícia Silva Gomes** (Universidade de Brasília (UnB)) - [sgomespatricia@yahoo.com.br](mailto:sgomespatricia@yahoo.com.br)

*Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais.*

**Mawere Herisson Gomes Portela** (Universidade de Brasília (UnB)) - [m\\_herisson@live.com](mailto:m_herisson@live.com)

*Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.*

**Felipe Ribeiro** (Universidade de Brasília (UnB)) - [pherifau@gmail.com](mailto:pherifau@gmail.com)

*Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.*

**Matheus Guimarães Xavier Martins Fontes** (Universidade de Brasília (UnB)) -

[matheusguimaraesxmf@gmail.com](mailto:matheusguimaraesxmf@gmail.com)

*Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.*

## Habitar o plano da metrópole:

tipologias e apropriação social da moradia em municípios da Área Metropolitana de Brasília/DF

### INTRODUÇÃO

Vários estudos abordam a forma urbana assumida pelo ciclo de urbanização fordista<sup>1</sup> – a metrópole espalhada como “mancha de óleo”, a partir do seu *core*, sobre a periferia contígua, estruturando um mosaico de subúrbios dormitórios e industriais, com deslocamentos pendulares entre esses espaços (Harvey, 1992; Soja, 2000).

Para além da forma física da metrópole, forjada a partir dessas necessidades habitacionais e de localização das atividades, o espaço é experienciado pelo cotidiano da população. Assim, os estudos de sociologia da cidade moderna (Simmel, 1973; Lefebvre, 2001) expuseram, de diferentes maneiras, o “choque da metrópole”, a dissolução da cidade como unidade orgânica, gerando a segregação social e a atomização do indivíduo.

Todavia, o ciclo de urbanização neoliberal complexificou ainda mais a forma urbana da cidade contemporânea, com o deslocamento de novas tipologias habitacionais e atividades para as periferias metropolitanas, conduzindo a dispersão do tecido metropolitano sob o espaço regional mais amplo (Monte-Mór, 1994).

Uma análise sociológica da periferia da cidade contemporânea mostraria, assim, a complexificação daqueles processos verificados no fordismo, com a criação de imensas tipologias padronizadas, contíguas e *clusterizadas* (pelo paradigma das *carceral and surveillance cities*, Soja, 2000, vistas também nas tipologias populares), com o maior empobrecimento dos espaços sociais e a individualização das esferas de vida (Sennett, 1994).

Partindo-se desta compreensão de que a demanda por habitação forja, maciçamente, o tecido metropolitano, busca-se, neste trabalho, analisar as tipologias habitacionais produzidas em três municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB) durante os ciclos fordista e neoliberal de metropolização do território. Para além da análise tipológica, investigou-se como a população residente nesses diferentes espaços percebe e se apropria da casa e da cidade.

Brasília, Distrito Federal (DF), embora produto da expansão fordista, a partir da política de interiorização do país, por meio da construção da nova capital conforme o projeto de Lúcio Costa para o Plano Piloto, não seguiu necessariamente a mesma estrutura funcional que, no Brasil, forjou as metrópoles regionais como polos de desenvolvimento. Isto porque o projeto para Brasília era outro – era o de afirmação da cidade burocrática representativa do Estado-nação sobre a cidade industrial e sobre os grandes centros metropolitanos (BAHIA, 1978. p. 45).

A fase de formação do território do DF, ocorrida principalmente entre 1960 e 1980, consistiu, por premissas de proteção do conjunto monumental e dos mananciais, como o Lago Paranoá, na ocupação com baixa densidade do Plano Piloto, enquanto indicava a construção de cidades-satélites (atualmente

denominadas de Regiões Administrativas – RA), como polinucleações, situadas a pelo menos 15 km deste. A ideia é que a população que fora atraída para o canteiro de obras da capital, devesse retornar aos seus estados de origem ou ser transferida dos assentamentos em áreas centrais para lotes padronizados nas cidades-satélites. Essas remoções se intensificaram ainda mais nos governos militares, nos fins dos anos 1960, com a atuação da Comissão de Supervisão dos Núcleos Habitacionais Provisórios.

A partir da consolidação da transferência da capital, nos anos 1970, e da própria estratégia do Governo do Distrito Federal (GDF), nos anos 1980, de retrain a oferta de lotes e unidades habitacionais para conter a migração, houve o tensionamento dos preços dos terrenos e aluguéis nas cidades-satélites (Colela, 1991), resultando na rápida ocupação da periferia goiana, que passou a absorver a demanda por habitação de baixa renda, que migrava para o DF ou dele era expulsa pelo alto custo de vida.

Este processo foi conduzido pela disponibilização de loteamentos com a venda de lotes a prestações pelo capital rentista (isto é, proprietários que buscam uma renda mais vantajosa do patrimônio da terra), parcelamentos de casas padronizadas e conjuntos do Banco Nacional de Habitação (BNH). E, apesar de a periferia goiana abrigar 27,77% da população metropolitana, 41,53% dos empregos e os equipamentos coletivos mais qualitativos ainda estão em Brasília (Codeplan, 2015), o que determina a condição de cidade-dormitório destes municípios, às expensas de constantes deslocamentos pendulares casa-trabalho e de restrições de vinculação ao lugar.

Desse modo, ainda nesta fase de formação (1960-1980), a par da lenta ocupação do *core*, dispersa e cheia de vazios, Brasília já se permutava em metrópole, com a ocupação longínqua de municípios da periferia goiana, conformando um espaço funcionalmente integrado.

Paviani (1987) observa que, diferentemente das demais metrópoles brasileiras do fordismo, essa metropolização não teria a ver com a perda de qualidade de vida no centro, já que havia ainda 49% de áreas desocupadas no Plano, em 1976, nem com a desconcentração industrial, por se tratar de uma metrópole terciária, mas foi a saída encontrada pela baixa renda para sua questão habitacional. Atualmente, os municípios goianos mais integrados funcionalmente ao DF conformam a AMB – como é o caso de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás, objetos de investigação deste trabalho. Enquanto a Rede Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (RIDE DF) é a institucionalidade criada para reconhecer e buscar gerir a metropolização de Brasília.

Coube ao Plano Estrutural de Ordenamento Territorial do DF, o PEOT de 1978, reafirmar a restrição de ocupação do Plano e direcionar o crescimento urbano para o vetor sudoeste do DF. Ao passo que o Programa da Região Geoeconômica de Brasília, o PERGERB de 1975, foi responsável por criar subcentros polarizadores em municípios da região de influência de Brasília, como forma de evitar a pressão direta sobre os equipamentos instalados na capital, bem como infraestruturas físicas, que pudessem reafirmar a vocação regional de fornecimento de gêneros de primeira necessidade para o país.

A formação da periferia metropolitana, neste ciclo fordista, seguiu, assim, uma lógica de ocupação ainda mais perversa do que aquela que conformou a

cidade-dormitório do tipo “mancha de óleo”, isso porque Brasília moderna já nasce disjunta no espaço, com atração centrípeta das partes pelo seu *core*, tornando a experiência cotidiana com o espaço mais segregada e atomizada.

Todavia, a metrópole de Brasília, já dispersa, vai experimentar, durante este ciclo neoliberal, um maior adensamento das cidades-satélites, bem como a inclusão de novas formas de moradia na periferia goiana.

Contribui para isso, algumas atitudes tomadas pelo governo Joaquim Roriz (1988-1990 e 1991-1995), como o retorno de políticas populistas de remoção da população das áreas centrais e transferência para lotes doados em cidades-satélites consolidadas e da formação de novas cidades-satélites no vetor sudoeste do DF, já na fronteira goiana, que acabaram por estimular a dinâmica imobiliária nos municípios da periferia metropolitana.

Vale apontar que o Programa de Assentamento para a População de Baixa Renda, ocorrido entre 1989 e 1994, no contexto de planejamento da RIDE DF, distribuiu mais de cem mil lotes semiurbanizados para a erradicação de assentamentos precários (Jatobá, 2010) e, apesar da institucionalização da RIDE DF, são raras as experiências que contribuem na gestão e planejamento metropolitano, com base nas ações direcionadas aos municípios do entorno (Schvasberg, 2010).

Soma-se a isso a recente atração, em escala colossal, de novas tipologias habitacionais para a periferia metropolitana, como conjuntos multifamiliares, condomínios de casas populares, casas padronizadas construídas em parcelamentos já existentes; várias delas vinculadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O que vem sendo conduzido pela atuação do capital monopolista – isto é, por empresas vinculadas aos circuitos do capital financeiro – que encontra na periferia goiana condições ótimas para operar – alta demanda metropolitana por moradia, grande oferta de terrenos mais baratos do que aqueles praticados no DF e baixa capacidade institucional dos municípios em conduzir a expansão urbana e estabelecer uma regulação urbanística mais efetiva para a admissão desses novos empreendimentos. O produto imobiliário oferecido é resultante de uma combinação, sob medida, para essa grande demanda – o sonho da casa própria, o discurso da auto-segregação e segurança e a capacidade de financiamento das famílias.

Desse modo, as lógicas de produção de moradia pelos diversos atores (Abramo, 2007) – Estado (moderno e periférico), loteadores rentistas periféricos, capital monopolista, assentamentos precários – acabam por gerar, na metrópole contemporânea de Brasília, uma forma urbana fragmentada – pela articulação de partes tipológicas distintas – e disjunta – pela ocorrência de vazios e descontinuidades entre as partes, embora estes tendam a ser preenchidos com o passar do tempo.

Funcionalmente, a hierarquização de atividades, com a criação de centralidades e subcentralidades, e a maior diversificação da oferta de serviços, é um processo ainda em formação – mais consolidado ao longo das rodovias que cortam esses municípios (BR-070, no caso de Águas Lindas de Goiás, BR-040, no caso de Valparaíso de Goiás) e nas vias principais dos bairros já consolidados, mas quase inexistente nos novos bairros, que possuem grande dependência do centro metropolitano situado em Brasília.



Consoante ao objetivo anunciado, o método de trabalho consistiu na categorização das tipologias habitacionais existentes no *software* de georreferenciamento QGIS®. Tomou-se por base para o georreferenciamento: i) o reconhecimento dessas tipologias *in loco*, percorrendo-se, bairro a bairro, as manchas urbanas desses municípios, fazendo registros fotográficos e anotações; ii) a disponibilização da planta de bairros desses municípios pelas Prefeituras Municipais; iii) a complementação das informações pela visualização *street view* do Google Maps®.

A investigação da percepção e apropriação do espaço pela população foi conduzida por meio da aplicação de entrevistas, com questões fechadas e abertas, para um contingente de 219 pessoas, nas quais se buscou identificar o perfil socioeconômico das famílias e as narrativas orais da população, conforme contribuições metodológicas da pesquisa etnográfica (Magnani, 2009). Buscou-se criar um ambiente de confiança para o entrevistado, resguardando a sua identidade, não induzindo as respostas, atendo-se à estrutura da entrevista, mas interagindo com ele, dando-lhe liberdade para narrar suas histórias, incluir outras percepções, a partir das suscitadas.

Na parte teórica (item 1) se reflete sobre a produção do espaço a partir da produção da moradia e sobre as lógicas de acesso à habitação durante os ciclos da urbanização brasileira fordista e neoliberal. Na exploração dos resultados para esses três municípios (item 2), se aborda, inicialmente, as tipologias habitacionais produzidas e suas relações com os atores sociais que as produzem, concernentes a cada uma dessas fases da metropolização de Brasília. Em seguida, se aborda o perfil socioeconômico e os relatos das entrevistas – os motivos que levaram à escolha da cidade e da moradia; os modos de apropriação da casa e da cidade; as percepções sobre o espaço onde vivem; o estabelecimento de raízes com o território.

## **1 HABITAÇÃO NA FORMAÇÃO DO ESPAÇO METROPOLITANO**

Quando se analisa os estágios iniciais de uma ocupação espontânea, se tem como acepção inicial a ideia de mera tomada de posse do espaço. Geralmente, essas ocupações são formadas para atender às necessidades provisórias e urgentes, resultando em soluções de moradias que não possuem uma estrutura permanente e salubre. Assim, as casas são erguidas de forma improvisada, utilizando-se de restos de materiais de construção e/ou matérias-primas encontradas abundantemente na natureza. E, na medida em que a autoconstrução da casa vai se consolidando, ela passa a requerer serviços complementares à habitação, o que acaba por forjar um outro processo – o de auto-organização da cidade.

Oliven (2010) observa que a cidade, compreendida como uma variável dependente, é influenciada por diversos fatores – econômicos, políticos e sociais – que a levaram a surgir. Assim, ao se observar a formação física de uma cidade em um mapa, se perceberá que os movimentos tomados até a sua aglomeração mais consolidada ficam radiais a um eixo ou ponto. Vamos chamar este de ponto zero. Quanto mais as moradias se expandem pelo território, mais diversificados e hierarquizados vão ficando os seus centros, seus espaços de convívio, enfim, toda a identidade social vai ali surgindo. As cidades podem ser assim

compreendidas como organismos vivos, que variam no tempo e no espaço, de acordo com o grau de consolidação a que estão submetidos.

Entretanto, quando a cidade cresce em extensão do tecido, mas esse grau de diversificação funcional e de enraizamento afetivo não acontecem? Podemos falar que esses espaços são cidades no sentido pleno? Com efeito, Oliven (2010) aponta que a comunidade só passa a existir quando é atingido certo grau de autonomia em seu nível econômico e social.

Desse modo, as diferentes lógicas de produção social da moradia, a partir da atuação dos diversos atores, vão estruturar não apenas o lugar das classes sociais no espaço (conforme sua capacidade socioeconômica de acesso a esse bem), mas também, e sobretudo, o próprio espaço urbano-metropolitano (Villaça, 1986; Maricato, 1979). Assim, os estudos de tipologias arquitetônicas, introduzidos ainda no século XVIII, com Quatremère de Quincy, e com grandes contribuições em meados do século XX, com a escola italiana de morfologia urbana, a *Tendenza*, como ficou conhecida, tendo à frente expoentes como Giulio Carlo Argan, Aldo Rossi, Carlo Aymonino, Salvatore Muratori e Gian Luigi Caniggia, possibilitam explorar os elementos primários da forma urbana, isto é, os tipos construtivos das partes da cidade, como resultantes dos diversos contextos temporal, social, cultural, econômico e ambiental, que justamente integram, no seu conjunto, a forma urbana. Conforme esses estudos, as tipologias são compreendidas também na relação biunívoca entre a forma e a função (Lamas, 2004).

A necessidade de morar, inicialmente, parte do pressuposto de que a partir da posse se garante, paulatinamente, os estágios de construção, consolidação e apropriação no espaço. Porém, nas tipologias produzidas pelo capital, essas exiguidades sociais não são valorizadas, o que acaba por empobrecer o tecido social. Apesar de serem condições fundamentais, essa busca por um local no mundo, um pedaço de terra, uma oportunidade de criação, trazem sérias consequências quando já não são mais um modo de inserção, mas de sobrevivência. Ademais, quando não são sujeitos ativos da produção da habitação (não atendendo o direito a fazer cidade), os setores populares tornam-se o alvo de empresas de produção habitacional para os setores médios empobrecidos, constituindo-se um ativo econômico e um grande objeto de especulação e valorização fundiária (Lago, 2017).

Se a forma física da cidade acaba por moldar, bilateralmente, os modos de apropriação e percepção sociais da habitação e da cidade, os estudos etnográficos possibilitam explorar e compreender, por meio da observação *in loco*, os modos de vida, os laços comunitários, as cenas de rua, as formas das casas, os códigos urbanos, mediados pelas tipologias arquitetônicas. A etnografia tem, assim, o poder de deslocar a problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre o que é a cidade – uma essência inatingível e normativa – para a pergunta sobre o que faz a cidade (Magnani, 2009).

Vários trabalhos analisam as formas de acesso à moradia pelas diversas classes sociais durante a fase da urbanização fordista brasileira (Ribeiro; Pichman, 1985; Abramo, 2007; Maricato, 1996).

O acesso à moradia, por uma “lógica do Estado”, apesar do direito social a ela inscrito na Emenda Constitucional nº 26/2000, seguiu, tradicionalmente, um viés de estímulo à atividade econômica no país, o que significou a priorização

por habitações novas desvinculadas da política urbana, resultando na completa submissão de uma necessidade permanente e compulsória às flutuações econômicas, sem, efetivamente, atender a população de baixa renda.

De tal modo que, nos momentos de estagnação econômica e ajustes fiscais, poucos investimentos foram direcionados à população de baixa renda, tendo em vista a tradicional falta de continuidade do financiamento. Enquanto que em momentos de euforia, como o foi o caso do BNH, uma vultuosa política habitacional serviu mais como mecanismo regressivo para drenar juros, lucro, renda e ativos para as grandes empresas imobiliárias, o banco, os detentores de terreno e a classe média. O BNH chegou a financiar a produção de conjuntos habitacionais periféricos à baixa renda, nos anos iniciais, entre 1964 e 1969, o que ocorreu com a remoção compulsória dessas populações, contrariando a ideia de permanência e as experiências pontuais exitosas de regularização das décadas anteriores (Cardoso, 2007).

Logo esse atendimento mostrou comprometer a saúde do sistema que direcionou sua atuação, nos anos de 1970 a 1974, às classes médias e altas, via mercado e recursos do SBPE (Santos, 1999). O próprio reconhecimento da incapacidade do BNH em penetrar nos setores populares leva-o, no período de 1975 a 1983, a dar apoio técnico aos chamados “programas alternativos”.

A provisão da habitação pela “lógica do mercado” (Abramo, 2007), por sua vez, teve no parcelamento popular periférico, promovido pelo capital rentista, com simplificação dos custos de infraestrutura, aprovação urbanística frouxa, venda de lotes a prestações, diretamente do loteador, e aquisição, quase sempre, em regime de coabitação, a forma predominante do modelo de ocupação centro-periférico de urbanização fordista brasileira.

Ao passo que os segmentos excluídos desses processos de obtenção da habitação pelo Estado e pelo mercado tiveram na ocupação de terrenos, seguida da autoconstrução das moradias, a sua maneira de resolver a necessidade imediata de moradia (Abramo, 2007).

No ciclo recente de urbanização neoliberal, a produção de moradia pela “lógica do Estado” se baseou, majoritariamente, na provisão da habitação nova pelo PMCMV, eclipsando experiências de regularização fundiária que vinham sendo realizadas desde os anos 1980. Os impactos do Programa, já bastante analisados na crítica acadêmica desde os primeiros sinais da envergadura que representaria (Maricato, 2011; Rolnik et al., 2015; Cardoso et al., 2017; Bonduki, 2009), mostram que o seu desenho institucional, baseado no protagonismo do mercado, resultou na localização periférica dos conjuntos, para ganho fundiário e escalar, o que contribuiu para estender as manchas urbanas dos municípios.

Embora muitos conjuntos tivessem inserido em lotes de parcelamentos já existentes, a maioria constitui-se em parcelamentos vinculados, em que houve a execução de um novo loteamento conjuntamente à construção dos conjuntos. Nas grandes cidades, a opção por mega-conjuntos ou conjuntos contíguos resultou em tecidos urbanos homogêneos e fragmentados, além de provocarem uma série de impactos à estrutura urbana-metropolitana dos locais onde se instalam.

Realizados pela lógica dos custos simplificados, os conjuntos geraram a padronização das tipologias edilícias (sem experimentações criativas), dos

materiais e técnicas construtivas (podendo representar perda da qualidade e vida útil), sem adaptação bioclimática aos diferentes domínios morfoclimáticos brasileiros (Maricato, 2011). Enquanto o padrão diminuto das unidades tem resultado em uma série de adaptações pela população, mediante “puxadinhos”, invasões e apropriações de áreas coletivas, estudos pós-ocupacionais revelam ainda atuação de milícias, falta de condições dos usuários de assumir despesas dos condomínios e a estruturação de áreas de vulnerabilidade social no entorno dos empreendimentos (Rolnik et al., 2015).

A “lógica do mercado” na produção habitacional durante o ciclo neoliberal tem resultado na atração de empreendimentos complexos para a periferia, com a auto-segregação da população de alta renda, como é o caso dos condomínios fechados, por exemplo, enquanto continuou o ciclo de oferta de lotes a prestações, verificado desde o fordismo.

Ao passo que os assentamentos precários, conduzidos pela “lógica da necessidade”, tenderam a se tornar mais numerados no ciclo neoliberal, com o crescimento da cidade informal em média três a quatro vezes superior ao da cidade formal (Mation et al., 2014). Outrossim, a informalidade do trabalho, alargada pelo neoliberalismo, fez com que esses tecidos deixassem de ser, em linhas gerais, meramente habitacionais – como foram as cidades-dormitórios fordistas – passando a abranger alternativas de emprego e renda (Lago, 2007) – pontos comerciais, de produção de mercadorias de prestação de serviços.

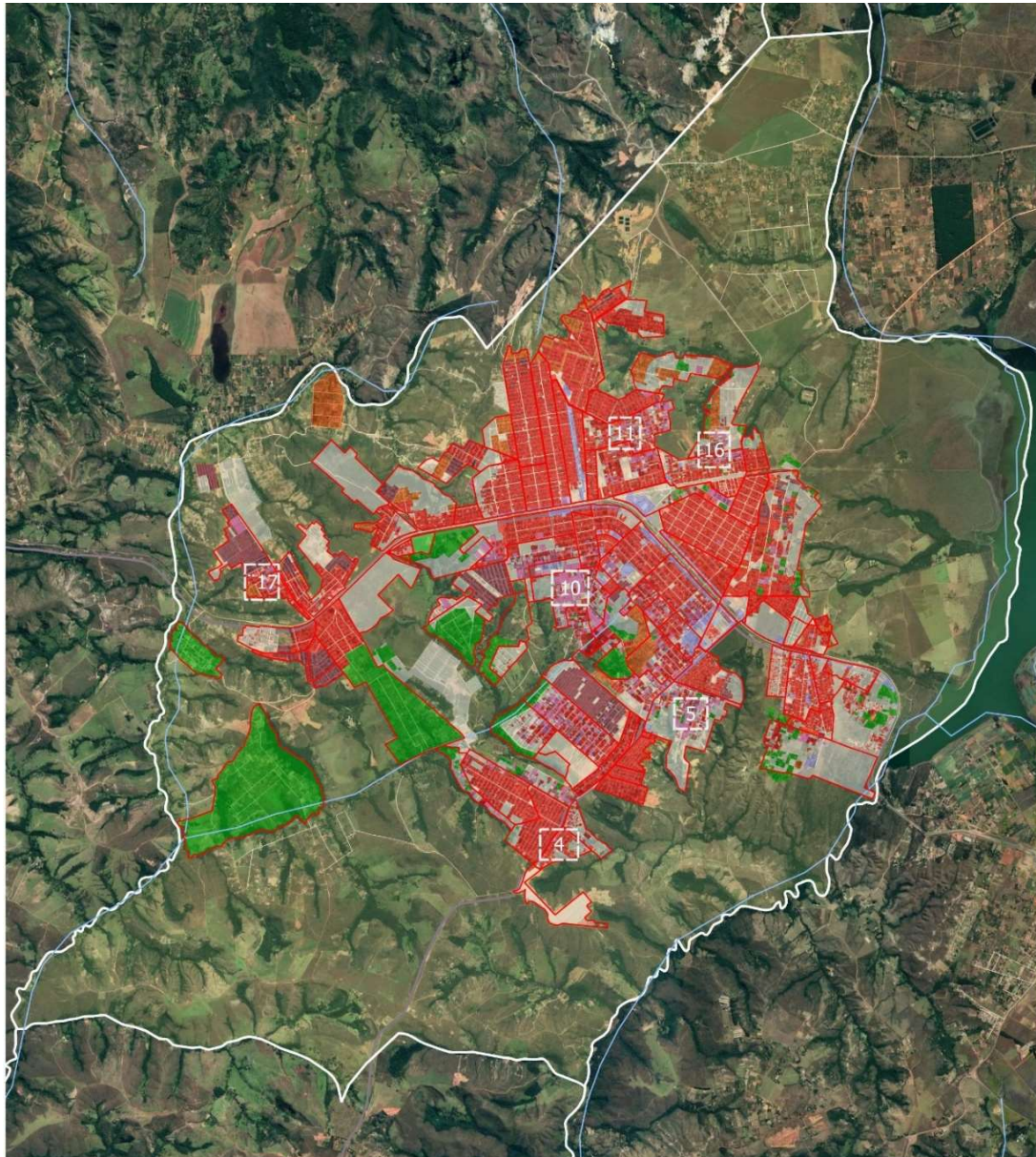
## **2 HABITAÇÃO NA FORMAÇÃO DA METRÓPOLE: O CASO DE MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA**

A análise das tipologias habitacionais existentes nestes municípios, em cada uma das rodadas de urbanização, mostrou que, a par da quase inexistência de tecidos pré-modernos, oriundos do vernacular interiorano de Goiás, a formação dos primeiros núcleos de ocupação acompanhou a expansão urbana de Brasília, em um momento ainda em que estes eram distritos de outros municípios, a saber: Águas Lindas de Goiás pertencia a Santo Antônio do Descoberto e Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás a Luziânia (figuras 1, 2 e 3). A ocupação inicial seguiu os principais vetores de expansão da habitação popular pela presença das rodovias. Além de vertebrar o crescimento e localizar as principais funções, as rodovias estruturam os preços do solo, maiores, quanto mais próximo a elas e, conseqüentemente, a Brasília.

No caso de Águas Lindas de Goiás, a proximidade com a RA Ceilândia, a facilidade de acesso pela construção da BR-070 e a estagnação das iniciativas populistas de distribuição de lotes no DF, nos anos 1970, fizeram com que o município absorvesse a demanda por habitação de baixa renda, o que ocorreu pelo rápido parcelamento das fazendas da região, dando origem, pela venda de lotes a prestações, seguida da autoconstrução de moradias, aos atuais bairros mais consolidados da mancha urbana. À margem desses loteamentos foram se consolidando as ocupações precárias, com impactos no manancial do Descoberto. Este ciclo fordista do município teve como principais tipologias o loteamento popular promovido pelo capital rentista, seguido da autoconstrução das moradias (figura 4 e 5).



Embora com vínculos fundiários distintos – lotes populares e assentamentos precários – a paisagem geral do município é o padrão médio-precário marcado pela autoconstrução das moradias, determinando uma (quase) ausência de política habitacional nesse período e, na medida em que se caminha para as bordas dos bairros, essa precarização habitacional só aumenta (figura 4). É pois, uma construção da cidade que produz o lote e posterga a estruturação da mesma; o próprio mapa de morfologia urbana mostra a predominância desta tipologia no município (figura 1).



### Legenda

- |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|
| Tipologias habitacionais numeradas | Casas unifamiliares - padronizadas |
| Limites de bairros                 | Porção não consolidada             |
| Corpos d'água                      | Loteamento unifamiliares           |
| Grandes equipamentos e serviços    | Loteamentos fechados               |
| Condomínios unifamiliares          | Macrozona Ambiental                |
| Condomínios multifamiliares        | Malha urbana                       |
| Chácaras                           | Limite do município                |
| Assentamentos precários            | Google Satellite                   |

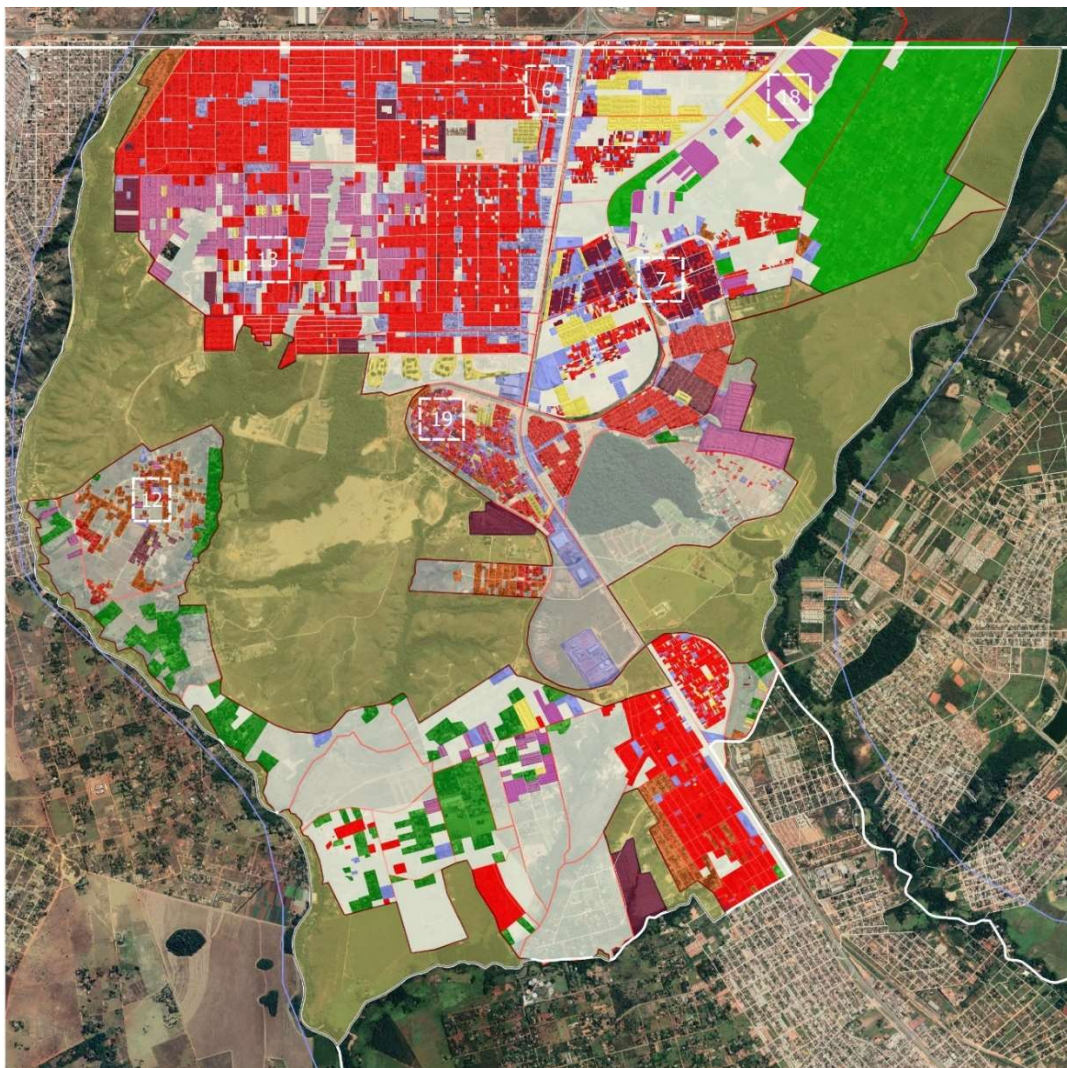




Figura 1. Morfologias urbana de Águas Lindas de Goiás/GO.

Fonte: elaborada pelos autores.

No caso de Valparaíso de Goiás, a ocupação teve início nos anos 1970, pelo parcelamento Valparaíso I seguido da construção de 864 casas padronizadas, pela Construtora Encol, em convênio com cooperativas habitacionais. O melhor padrão construtivo das habitações, associado à maior proximidade ao DF, pelo acesso facilitado da BR-040, possibilitou que o município recebesse uma população de renda média-baixa, oriunda do DF.



### Legenda

- |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|
| Tipologias habitacionais numeradas | Grandes Equipamentos e Serviços    |
| Limite de Bairros                  | Chácaras                           |
| Corpos d'água                      | Casas Unifamiliares - padronizadas |
| Macrozoneamento Ambiental-Rural    | Assentamentos Precários            |
| Condomínios Unifamiliares          | Porção não consolidada do bairro   |
| Loteamentos Unifamiliares          | Malha Urbana                       |
| Loteamentos Fechados               | Limite do município                |
| Edifícios Multifamiliares          | Google Satellite                   |
| Condomínios Multifamiliares        |                                    |

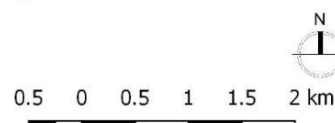
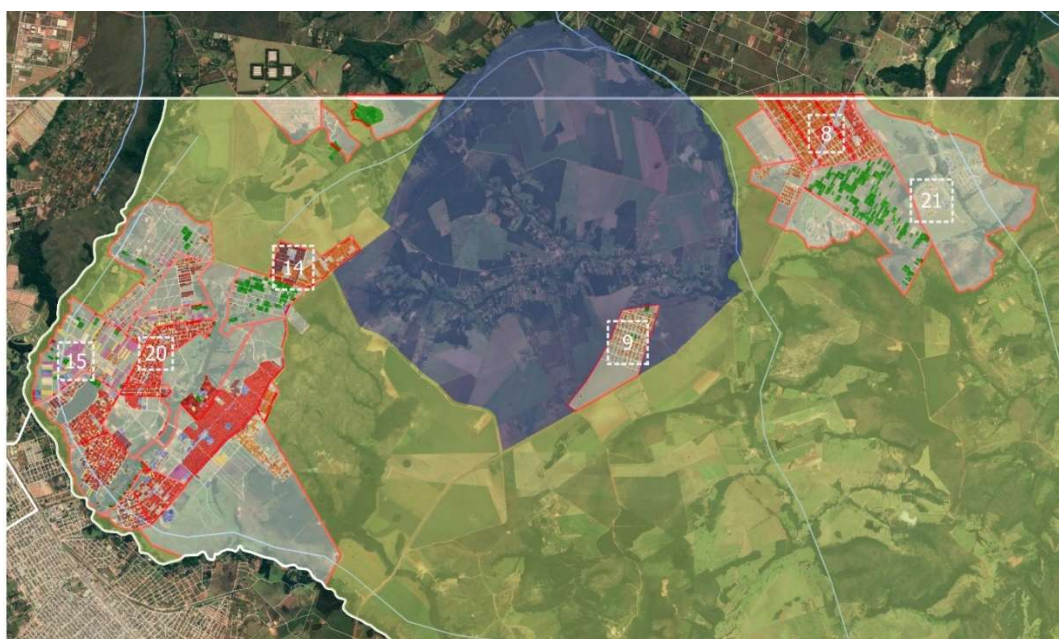


Figura 2. Morfologias urbana de Valparaíso de Goiás/GO.

Fonte: elaborada pelos autores.

A partir de 1984, a empresa expandiu a mancha urbana, com outras etapas de parcelamentos, seguidos da produção de casas padronizadas por convênios com cooperativas. Outros parcelamentos populares, completaram a formação da mancha urbana neste ciclo fordista. As tipologias identificadas no município neste ciclo foram o loteamento de casas padronizadas e lotes a prestações, além de alguns conjuntos do BNH, às margens da BR-040 (figuras 6 e 7). Nos trabalhos de campo percebeu-se que esta tipologia de casas padronizadas se encontra hoje já bastante heterogeneizada, pelas adaptações nas casas, para atender às necessidades das famílias.

No caso de Cidade Ocidental, a centralidade da Capital Federal tem efeitos diretos sobre a ocupação do município, que, até hoje, possui uma forma urbana dispersa, com quatro núcleos distantes entre si, seguindo a expansão urbana de Brasília – Jardim Edite, Sede, ABC e Parque do Distrito.



### Legenda

- |                                    |                                    |
|------------------------------------|------------------------------------|
| Tipologias habitacionais numeradas | Chácaras                           |
| Limite de bairros                  | Assentamentos precários            |
| Corpos d'água                      | Casas unifamiliares - padronizadas |
| Quilombo de Mesquita               | Lotes unifamiliares médios         |
| Macrozona Rural Ambiental          | Assentamentos precários            |
| Porção não consolidada do bairro   | Malha urbana                       |
| Loteamento fechado                 | Limite do município                |
| Grandes equipamentos e serviços    | Google Satellite                   |
| Edifícios multifamiliares          |                                    |
| Condomínios unifamiliares          |                                    |
| Condomínios multifamiliares        |                                    |

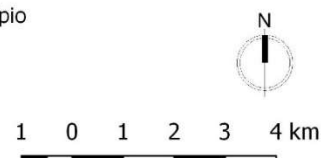


Figura 3. Morfologias urbana de Cidade Ocidental/GO.

Fonte: elaborada pelos autores.

No Jardim Edite está localizado o quilombo de Mesquita, núcleo de ocupação tradicional que perdeu grande área no processo de expansão de Brasília; mesmo possuindo características rurais, o mesmo está localizado dentro do perímetro urbano (figura 9). A Sede, por sua vez, abrange o núcleo inicial (Superquadras – SQ 02 a 22) e teve sua ocupação iniciada em 1976, com o parcelamento da SQ 11, seguido da construção de 860 casas padronizadas,



pela Construtora Ocidental. Nestes, foram adotados um padrão de desenho urbano popular, similar ao das cidades-satélites, atraindo os segmentos de baixa renda da metrópole. Posteriormente, outros assentamentos e parcelamentos foram se desenvolvendo de forma contígua a este núcleo original, formando hoje a centralidade principal, conurbada com Valparaíso de Goiás, a partir do acesso da BR-040. O núcleo ABC se constituiu nos anos 1980, com os parcelamentos contíguos ABC, Parque das Américas e Satélite, que absorveram a demanda de moradia de baixa renda, a partir do vetor de expansão da DF-140. Estes três núcleos formam o ciclo fordista no município, conduzido pelas tipologias de loteamentos de casas padronizadas e lotes a prestações pelo capital rentista (figura 8).

O núcleo do Parque do Distrito, por seu turno, foi formado recentemente, já no ciclo neoliberal, atraindo condomínios fechados e alguns loteamentos, capitaneados pela proximidade à Brasília pela BR-040.

Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás (município de pequena extensão territorial), talvez pelas poucas restrições do sítio físico, talvez pela ação dos atores sociais do tipo *bottom-up* (Holanda et al., 2015), possuem uma forma de crescimento compacta e em todas direções (radial), porém fragmentada pelos tipos morfológicos.



Figura 4. Tipologia de loteamentos com precarização nas bordas em Águas Lindas.  
 Figura 5. Tipologia mista com vilas precárias incrustadas em Águas Lindas.

Fonte: elaborada pelos autores.



**Legenda**

- Limite de bairros
- Macrozona Rural Ambiental
- Condomínios unifamiliares
- Loteamentos unifamiliares
- Casas padronizadas
- Grandes equipamentos e serviços

Google Satellite

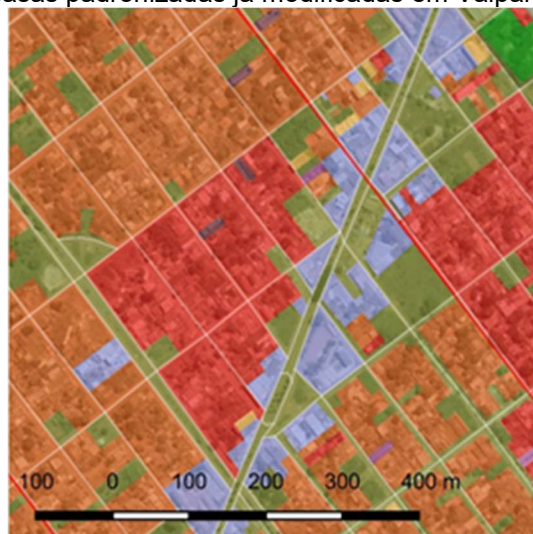


**Legenda**

- Limite de bairros
- Macrozona Rural Ambiental
- Loteamentos unifamiliares
- Casas padronizadas
- Grandes equipamentos e serviços
- Edifícios multifamiliares

Google Satellite

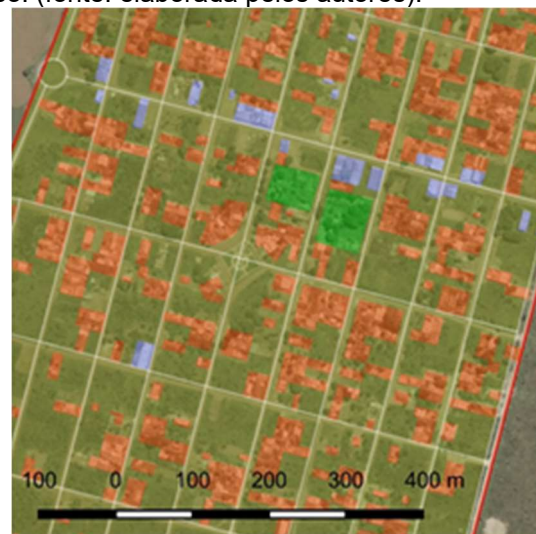
Figura 6. Tipologia de loteamentos unifamiliares em Valparaíso. Figura 7. Tipologia de casas padronizadas já modificadas em Valparaíso. (fonte: elaborada pelos autores).



**Legenda**

- Limite de bairros
- Porção não consolidada do bairro
- Loteamentos unifamiliares
- Lotes unifamiliares - médio padrão
- Grandes equipamentos e serviços
- Casas padronizadas
- Edifícios multifamiliares

Google Satellite



**Legenda**

- Limite de bairros
- Porção não consolidada do bairro
- Lotes unifamiliares - médio padrão
- Grandes equipamentos e serviços
- Chácaras

Google Satellite

Figura 8. Tipologia de loteamentos no Jardim ABC em Cidade Ocidental. Figura 9. Formação do núcleo do Jardim Edite em Cidade Ocidental.

Fonte: elaborada pelos autores.

No ciclo neoliberal, os novos produtos imobiliários levam à uma expansão ainda maior do tecido urbano desses municípios, de forma fragmentada. Dentre as tipologias habitacionais deste ciclo têm-se as de casas padronizadas, promovidas por pequenas empresas de construção civil, com financiamento pelo PMCMV, aproveitando-se de lotes vazios de parcelamentos já existentes,



identificadas, sobretudo em Águas Lindas (figuras 5, 10 e 16), mas também em Valparaíso (figura 12) e Cidade Ocidental (figura 14).

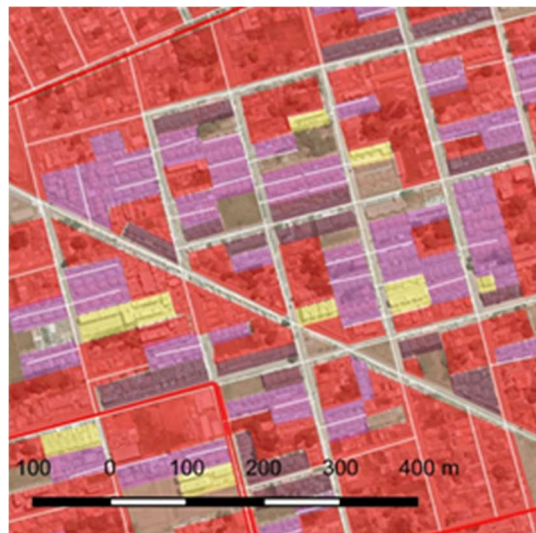


Figura 10. Tipologia de casas padronizadas em Águas Lindas. Figura 11. Tipologia de condomínios de casas em Águas Lindas.

Fonte: elaborada pelos autores.

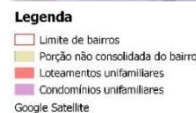
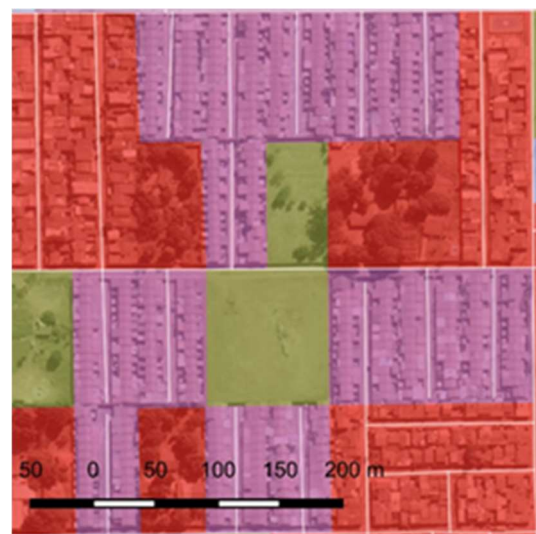
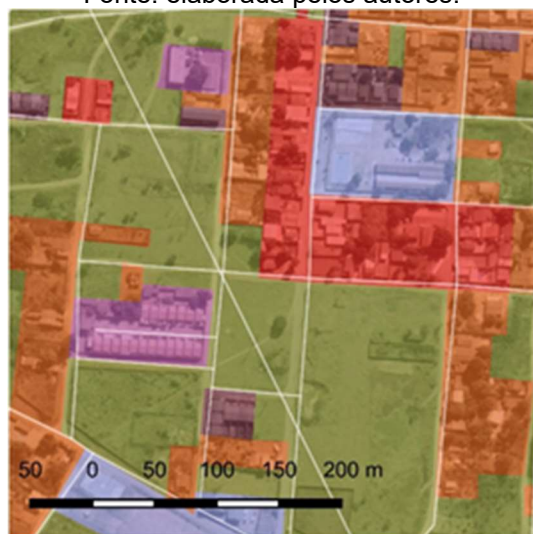


Figura 12. Tipologia mista com casas padronizadas em Valparaíso. Figura 13. Tipologia mista de loteamentos e condomínios de casas em Valparaíso.

Fonte: elaborada pelos autores.

O condomínio de casas populares contíguos (figuras 11, 13, 15 e 19) e a dos condomínios multifamiliares (figuras 15, 18 e 20), ambos promovidos pelo capital monopolista, com financiamento pelo PMCMV, são as tipologias mais

comuns deste ciclo, identificadas nos três municípios. Choca a escala dessas tipologias, com nítida ruptura escalar da paisagem de lotes unifamiliares, que caracterizou o ciclo fordista nesses municípios, bem como seu caráter contíguo. Todas essas tipologias são cercadas (o denominado socialmente condomínio), contribuindo para formar, no conjunto, uma cidade carceral, como enclaves que negam o espaço coletivo; a rigidez visual dessas tipologias conforma uma paisagem urbana homogênea, que contrasta com a ausência de equipamentos coletivos, diversidade de usos e infraestrutura local.



Figura 14. Tipologia mista com casas padronizadas em Cidade Ocidental. Figura 15. Condomínios de casas e prédios em Cidade Ocidental.

Fonte: elaborada pelos autores.

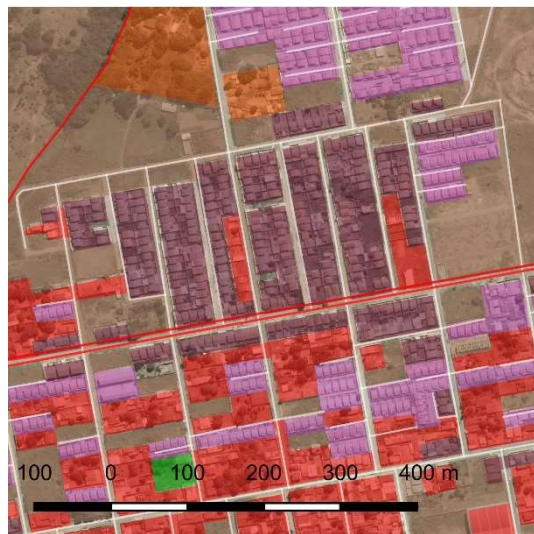
A baixa capacidade institucional desses municípios no ordenamento do uso do solo abre brechas para uma atuação especulativa dos grandes empreendimentos imobiliários, que fixam seus interesses no solo urbano e ignoram a construção digna da cidade. Em Águas Lindas de Goiás estas tipologias estão mais presentes nas Mansões Camargo/Odisséia (figuras 11 e 17), em Valparaíso de Goiás nas Chácaras Ipiranga, Anhanguera e ao longo da Rua Recife (figura 18) e, em Cidade Ocidental no Recanto Mossoró (figura 15). A conurbação por condomínios contíguos na divisa de Valparaíso e Cidade Ocidental provoca, no conjunto, uma impressionante paisagem homogênea.

Outra tipologia identificada nesta fase neoliberal é a presença de condomínios unifamiliares fechados, como o Alphaville e Dahma (figura 21); embora situados em terrenos mais baratos (em Cidade Ocidental), estes são voltados para os moradores de classe média do DF; impulsionados pelo vetor de expansão de condomínios de média renda, na região do Tororó, pela DF-140 e Parque do Distrito.

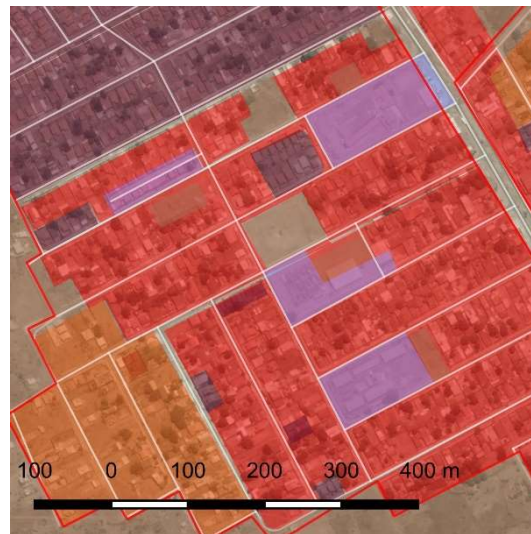
O acúmulo dessas rodadas de urbanização resulta, em Cidade Ocidental, em uma paisagem dual – ao mesmo tempo em que é marcada pelas tradições sertanejas do interior de Goiás, conferindo-lhe um ritmo pacato, e pelo próprio



quilombo de Mesquita, recebe os condomínios de alta renda, o agronegócio e a silvicultura – que avançam em grandes extensões monoculturais para dentro do tecido urbano –, provocando um choque brusco com estes.



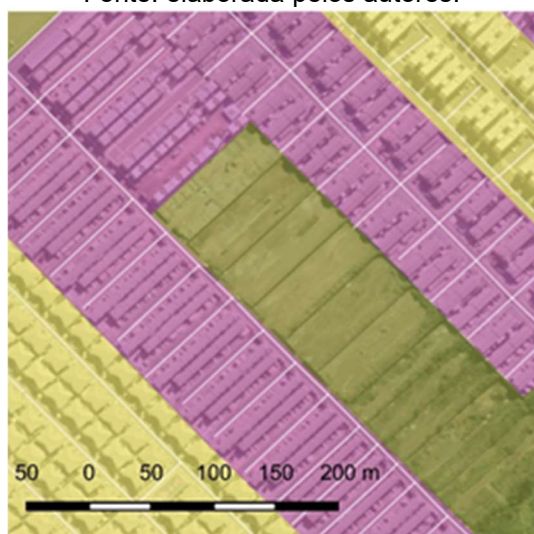
**Legenda**  
 Limite de bairros  
 Porção não consolidada do bairro  
 Loteamentos unifamiliares  
 Casas unifamiliares - padronizadas  
 Chácaras  
 Condomínios unifamiliares  
 Assentamentos Precários  
 Google Satellite



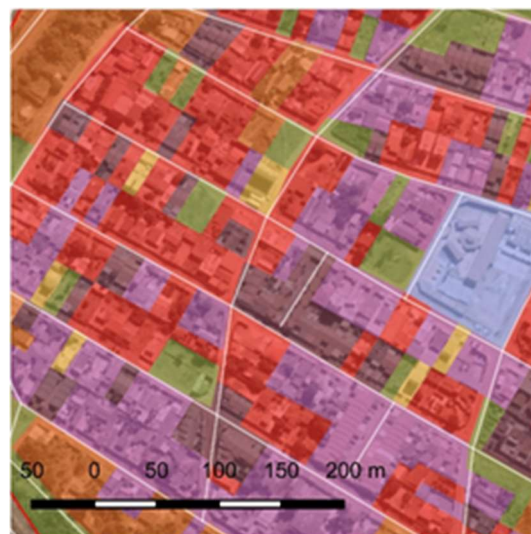
**Legenda**  
 Limite de bairros  
 Porção não consolidada do bairro  
 Loteamentos unifamiliares  
 Lotes unifamiliares - médios  
 Casas unifamiliares - padronizadas  
 Condomínios unifamiliares  
 Google Satellite

Figura 16. Tipologia mista, com condomínios e casas padronizadas em Águas Lindas. Figura 17. Tipologia mista com condomínios de casas em Águas Lindas.

Fonte: elaborada pelos autores.



**Legenda**  
 Limite de bairros  
 Porção não consolidada do bairro  
 Condomínios unifamiliares  
 Condomínios Multifamiliares  
 Google Satellite



**Legenda**  
 Limite de bairros  
 Porção não consolidada do bairro  
 Condomínios unifamiliares  
 Assentamentos Precários  
 Grandes Equipamentos e Serviços  
 Loteamentos unifamiliares  
 Condomínios unifamiliares  
 Casas Unifamiliares - padronizadas  
 Edifícios Multifamiliares  
 Google Satellite

Figura 18. Tipologia de condomínios uni e multifamiliares em Valparaíso. Figura 19. Tipologia mista com condomínios de casas em Valparaíso.

Fonte: elaborada pelos autores.

Novos loteamentos unifamiliares foram abertos também em Valparaíso (Condomínio Jardim de Versailles e Jardim de Luxemburgo) e em Águas Lindas,

onde coexiste ainda vários pontos vazios na mancha urbana, como a abertura de loteamentos inteiros (vistos pela demarcação dos lotes com piquetes) sem ocupação, colocando os espaços e tempos da cidade à serviços das necessidades do capital, inclusive nos seus ciclos de expansão e crise.

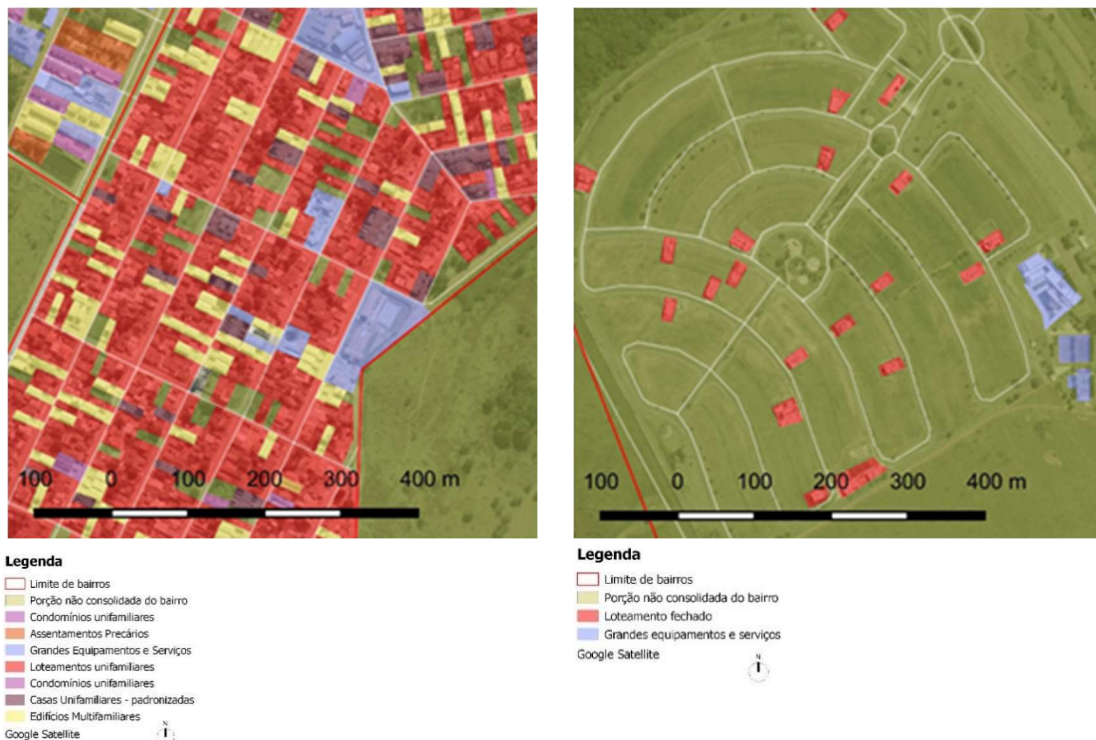
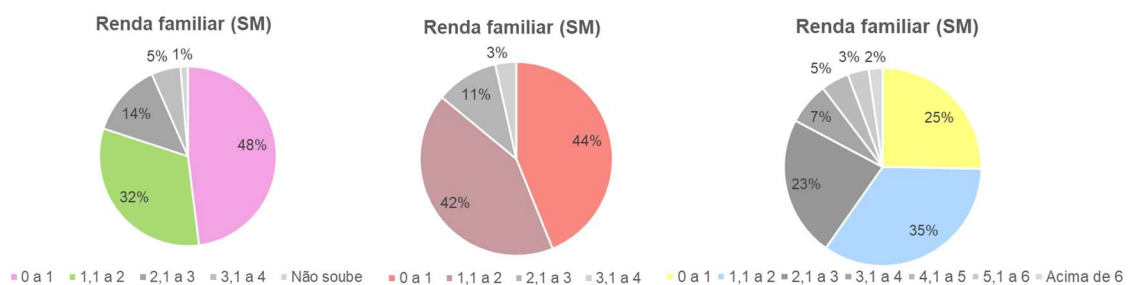


Figura 20. Tipologia de condomínios de casas e prédios em Cidade Ocidental. Figura 21. Tipologia de Condomínio de alta renda em Cidade Ocidental.

Fonte: elaborada pelos autores.

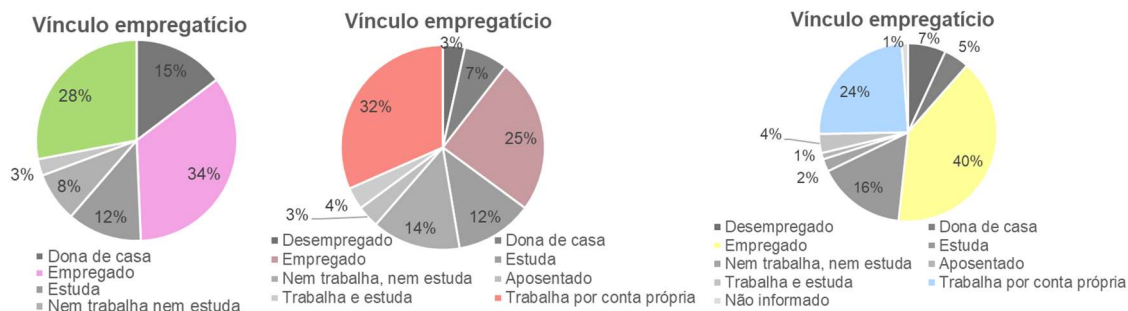
A pesquisa etnográfica, por sua vez, buscou, pela aplicação de entrevistas semiestruturadas, compreender o perfil socioeconômico médio das famílias moradoras dessas tipologias, bem como as narrativas orais dos modos de vida e percepções sobre o espaço onde vivem. Assim, pôde-se verificar o baixo padrão de renda das famílias (figuras 22-24): 48% na faixa de 0 a 1 salários mínimos (SM) e 32% na faixa de 1,1 a 2 em Águas Lindas; 44% na faixa de 0 a 1 SM e 42% na de 1,1 a 2 SM em Cidade Ocidental; 25% na faixa de 0 a 1 SM e 35% na de 1,1 a 2 SM em Valparaíso. Chama atenção também o tipo de vínculo empregatício (figuras 25-27): 34% são empregados com carteira assinada e 28% são autônomos em Águas Lindas; 32% são autônomos e 25% empregados com carteira assinada em Cidade Ocidental; já em Valparaíso, 40% são empregados com carteira assinada e 24% são trabalhadores por conta própria.



Figuras 22-24. Renda (Águas Lindas, Cidade Ocidental e Valparaíso).

Fonte: elaborada pelos autores.





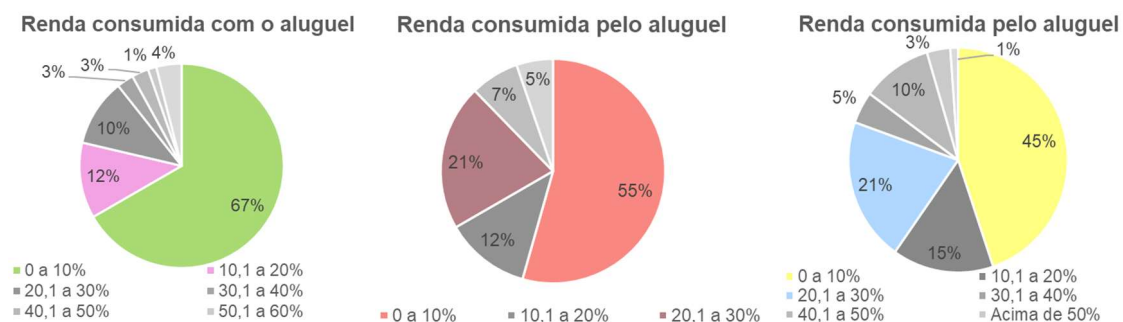
Figuras 25-27. Vínculo empregatício (Águas Lindas, Cidade Ocidental e Valparaíso).  
Fonte: elaborada pelos autores.

Sobre condição de aquisição dos domicílios: 46% foram adquiridos direto das construtoras e 21% são próprios, autoconstruídos, em Águas Lindas; 47% adquiridos prontos, direto das construtoras e 18% são próprios, autoconstruídos, em Cidade Ocidental; 52% foram adquiridos direto das construtoras e 15% comprados prontos de terceiros em Valparaíso (figuras 28-30). Sobre a renda consumida com o financiamento ou o aluguel os percentuais foram: 67% consomem até 10% da renda com essas despesas e 12% de 10 a 20% em Águas Lindas; 55% gastam até 10% da renda com essas despesas e 21% de 20 a 30% em Cidade Ocidental; 45% gastam até 10% da renda com essas despesas e 21% de 20 a 30% em Valparaíso (figuras 31-33).



Figuras 28-30. Domicílio adquirido como (Águas Lindas, Cidade Ocidental e Valparaíso).  
Fonte: elaborada pelos autores.

Vale ressaltar que dentro desse percentual estão as famílias que não gastam nada da renda com a moradia, por estarem na situação de moradia própria já quitada, coabitação ou cessão.



Figuras 31-33. Domicílio adquirido como (Águas Lindas, Cidade Ocidental e Valparaíso).  
Fonte: elaborada pelos autores.

Sobre as características de uso da moradia, para o universo amostral da pesquisa, têm-se: 7% estão em situação de coabitação por escolha própria e 5% com ponto comercial no domicílio em Águas Lindas; 9% coabitação por falta de condições econômicas e 7% adensamento excessivo de cômodos em Cidade



Ocidental; 6% ponto comercial na casa e 6% coabitação por condições econômicas em Valparaíso (figuras 34-36). 56% das pessoas entrevistadas têm domicílios do PMCMV em Águas Lindas, 39% em Cidade Ocidental e 37% em Valparaíso (figuras 37-39).



Figuras 34-36. Características do domicílio (Águas Lindas, Cidade Ocidental e Valparaíso).

Fonte: elaborada pelos autores.



Figuras 37-39. Política habitacional (Águas Lindas, Cidade Ocidental e Valparaíso).

Fonte: elaborada pelos autores.

No que se refere às narrativas, quando questionadas sobre os motivos que as trouxeram para o local onde moram, uma fala bastante comum é a esperança de uma vida melhor, fora dos seus estados de origem: “eu e meu marido morava na roça, no interior da Bahia, a gente plantava, mas lá não chove. Aí minha filha veio para cá e aí nós viemos depois” (Mulher, 57 anos, Águas Lindas). Outros acrescentam: “aqui é melhor de emprego do que o Piauí, o Piauí é bom para morar, mas não tem emprego” (Mulher, 32 anos, Valparaíso); “minha cidade em Minas, é um buraco, vi para cá atraído pelo emprego. Quando eu vim, cheguei a morar em Brasília, mas depois mudei para cá, porque aqui é mais barato. O aluguel do DF é caro demais” (Autônomo, 28 anos, Valparaíso).

O que se percebe é que, apesar de conseguirem emprego na nova condição de vida, os tipos de vínculos empregatícios resultam em uma inserção incompleta à cidade, ao passo que além de perderem os laços de parentesco e comunidade com o lugar de origem, a situação de vida típica da cidade-dormitório restringe a nova vinculação afetiva ao lugar.

Outra fala comum também são as de pessoas que precisaram sair do DF, em busca de um padrão de vida mais compatível à sua renda familiar, ou mesmo para ter acesso à casa própria, pois moravam no DF em condições de coabitação: “eu morava na Samambaia (RA do DF), minha família teve que vender a casa lá por causa de dívidas e aí passamos a morar aqui de aluguel” (Estudante, 15 anos, Águas Lindas). Outras falas expõem: “para o DF a gente

não tinha condições de comprar. Nossa meta, agora que compramos aqui, é voltar para lá; eu morava na Samambaia, eu morava com minha vó” (Mulher, 38 anos, Águas Lindas).

Em várias falas, a questão do aluguel é o motivo determinante da mudança: “vim para cá para sair do aluguel, morava de aluguel em São Sebastião, na época, há 20 anos, era o local que tive condições de comprar” (Viúva, 47 anos, Cidade Ocidental). “Meu marido que quis vir. A gente morava na Santa Maria (RA do DF) de aluguel. Lá meu serviço era perto de casa” (32 anos, Valparaíso).

O custo de vista também é lembrado em várias falas: “eu vim morar aqui pelo custo/benefício. Aqui é que deu para eu comprar, mas o que pega é o trânsito” (Homem, 32 anos, Valparaíso). Outra narrativa expõe: “para morar no DF tem que ter uma renda maior, minha renda não cobre morar lá. Muita gente do DF tá comprando aqui” (Mulher, 36 anos, Cidade Ocidental).

Algumas falas mostraram a tendência de comparação da vida atual com a vida que tinham no DF e o desejo de regressar para a condição de vida anterior: “lá no DF o aluguel é caro e aqui tem o acesso à casa própria. Mas, é lógico que a gente preferia estar lá” (Homem, 19 anos, Águas Lindas). Outros dizem: “Eu tenho vontade de voltar, primeiro porque lá a aparência é melhor, depois porque tem tudo por perto. Tudo é mais facilitado” (Viúva, 42 anos, Valparaíso). “Se eu pudesse pegar a minha casinha e levar para o DF seria o ideal” (Solteiro, 38 anos, Águas Lindas).

Embora se esquivem de rotular os municípios como cidades-dormitórios, as narrativas apontam a dependência destes aos postos de trabalho no DF: “falta mais empregos aqui na cidade, os moradores aqui ainda são bastante dependentes do Plano” (Mulher, 60 anos, Águas Lindas). “A questão do emprego não é boa, aqui a gente não consegue, tem que procurar no DF. E a maioria não quer aceitar, porque a passagem é mais cara” (Separada, 39 anos, Cidade Ocidental).

Os moradores de Águas Lindas complementam: “é muito cansativo trabalhar no DF, tenho que acordar 4:30 da manhã para não perder o transporte, sem falar no perigo” (Mulher, 37 anos). “Aqui é mais difícil conseguir emprego e se eu falo com as pessoas que sou de Águas Lindas, eles não querem me empregar por causa do preço da passagem. A gente tem que mentir o endereço para conseguir emprego em Brasília” (19 anos, nem trabalha, nem estuda, Águas Lindas).

As falas mostram ainda a ausência de equipamentos e infraestruturas nestes municípios, assim, vários elementos do direito à cidade, negados nesses territórios, vão ser acessados no DF, sobretudo no Plano Piloto, aumentando o grau de dependência deste. Foram recorrentes os descontentamentos com a qualidade da educação: “não existem opções de faculdades e ensino técnico público que gere qualificação para os jovens, as escolas são ruins” (Mulher, 21 anos, Águas Lindas). Devido à grande expansão urbana, capitaneada sobretudo pelos conjuntos do PMCMV, sem a correspondente provisão de equipamentos coletivos, como os de educação, por exemplo, a saída de emergência oferecida pelo município foi a instalação de um quarto turno em algumas escolas públicas, apelidado de “turno da fome”, as aulas começam às 15hs e ficam comprimidas entre o turno vespertino e o noturno.

A saúde é outro ponto reivindicado pela população: “hoje mesmo minha mãe foi para o posto de saúde e não tem médico. Eles não atendem no DF porque falam que o endereço é daqui” (Mulher, 43 anos, Águas Lindas). As falas de outras moradoras corroboram a falta de serviços de saúde e de que precisam ir para Goiânia (distante 204 Km) para conseguirem atendimento:

O bom é que aqui eu posso ajudar a minha filha. Eu fico com os netinhos para ela ir trabalhar. Aqui também a gente sofre muito (falou isso comparando sua vida antes, no interior da Bahia), em questão de saúde a gente sofre. Nós precisamos deslocar para Goiânia para tratar de saúde (Mulher, dona de casa, Águas Lindas).

Esses municípios, consolidados ao redor de rodovias que dão acesso à Brasília, possuem várias deficiências do sistema de mobilidade. O morador aponta: “aqui tem pouca acessibilidade para os moradores. Os melhores serviços e os ônibus só têm na BR, é muito longe. As passagens aumentaram” (Homem, 19 anos, Águas Lindas). Outro depoimento aponta:

Uma cidade que já cresceu tanto, mas com tantos buracos. A cidade não é interligada, por exemplo, para eu ir para a Prefeitura, só de mototáxi ou a pé, não tem circular. Têm as casas, mas não tem infraestrutura, por exemplo, a chuva corre pela rua. O Prefeito nem aqui mora (Mulher, 14 anos, Águas Lindas).

Os moradores de Cidade Ocidental apontam: “tem transporte de hora em hora pela manhã, fora do horário de pico não tem como pegar” (Mulher, casada, Cidade Ocidental). “6:00 da manhã pegamos engarrafamento em Valparaíso” (Homem, piauiense, Cidade Ocidental).

As cidades enfrentam também deficiências da infraestrutura básica, pela precariedade dos loteamentos aprovados. Em Valparaíso, os problemas mais trazidos são alagamentos: “quando chove é a pior parte do Val: arrasta carros e leva tudo. Leva a gente a pensar se fez boa escolha (Mulher, 35 anos, Valparaíso).

Com base na análise dos bairros já consolidados, frutos do ciclo fordista, mostra que as casas, mesmo padronizadas, passaram por diversas reformas e adaptações, ajustando-se não apenas às necessidades das famílias – puxadinhos para coabitação, para o ponto comercial na frente da casa, para o pavimento superior, para a varanda frontal –, mas ainda para conferir a identidade dos moradores – a jardineira da frente, os materiais e cores da fachada, a maior ou menor permeabilidade interior-exterior; parte das casas é adaptada ao ideário da segurança (figura 40c). Uma das tipologias do PMCMV mais comercializadas na região – o condomínio fechado de casas populares –, onde, sob o discurso da violência erguem-se muros, não só para o acesso interno, mas também para o acesso à casa (figura 40d).

Incrustados no interior desses bairros, quase invisíveis aos olhos, foi possível perceber vários cortiços, vilas precárias de casas e quitinetes, onde os preços de aluguéis baratos (em torno de 250 reais – figura 40a) possibilitam as soluções temporárias ou definitivas para famílias em situação desemprego ou de maior vulnerabilidade. Ao passo que, os assentamentos precários começam a aparecer na fronteira dos bairros (figura 40d), nos encontros da trama popular com o cerrado.



Figura 40. Tipologias: (a) quitinetes, (b) vilas, (c) casas “fortificadas”, (d) assentamentos precários, (e) condomínios, (f) conjuntos do PMCMV.

Fonte: elaborada pelos autores.

Questionados sobre a satisfação com os domicílios onde moram, as respostas, e a própria linguagem corporal, evidenciam o sentimento de realização, de exposição de histórias de sonhos realizados ou por realizar: “a casa foi desenhada pelo pedreiro. Ele desenhou o projeto para subir. Ela é bem divididinha (falou isso em linguagem corporal de confiança, que mostrava o traquejo do profissional em projetar, conforme as expectativas da cliente). A casa ainda falta a cerâmica. O resto está tudo” (Mulher, 50 anos, Águas Lindas). “Minha irmã me deu um pedacinho do lote dela e eu construí. A casa está inacabada ainda, tem que pintar, tem muita coisa ainda para fazer (Mulher, 43 anos, Valparaíso).

Questionados sobre a satisfação com a vida nas unidades e nos condomínios do PMCMV, as falas evidenciam: “Tenho mais espaço aqui, para você vê, uma casa de 3 quartos, lote maior, isso no DF é muito caro” (Mulher, 42 anos, Águas Lindas). Outro desabafa: “é péssimo morar em condomínio, o condomínio não é uma boa, não conserva o local. A maior parte é propaganda enganosa. Você compra e os defeitos (da obra) vêm rápidos” (Casado, 27 anos, Valparaíso). “Esses projetos são construídos muito rápidos, para você vê, essas casas começaram seis meses atrás e já estão no acabamento (falou isso apontando para as obras de um empreendimento)” (Casado, 37 anos, Valparaíso).



Na fala da moradora: “tem muita casa abandonada aqui (unidades não comercializadas pelas construtoras ou devolvidas à Caixa por inadimplência). Tem que cortar esse mato também” (Mulher, 34 anos, Águas Lindas). Outros desabafos continuam:

Não gosto do condomínio não, primeiro, porque tira a privacidade das pessoas. É uma prisão. Falta um pouco de planejamento urbano. Só coloca um tanto de pessoas, mas não têm escolas, não têm equipamentos públicos. Eu mesmo só vou em supermercados longe, aqui só tem uns pequenos que não têm nada. Dizem que tem 1,5 Km para ir pegar o ônibus. Como é perigoso, tem que pegar mototáxi para chegar lá (Homem, 32 anos, Valparaíso).

Algumas falas, colocam a perspectiva da mulher na cidade: “porque a minha mãe mora aqui perto e tenho ela para cuidar das crianças, enquanto eu trabalho. Também porque o aluguel é mais em conta. Trabalho em Brasília e preciso sair de casa às 4:40 da manhã, esse horário ainda está escuro e tenho que caminhar até o ponto” (Mulher, separada, Cidade Ocidental). A outra diz:

Trabalho no DF até 23:40 e aí eu pego o ônibus no Park Shopping e venho para cá. A parte pior do trabalho é a volta. O primeiro dia que fui trabalhar de noite desci (ponto em frente ao Hospital) e fiquei paralisada, não sabia o que fazer. Fico esperando alguém que me passa confiança para seguir até a minha casa (Empregada, 35 anos).

## CONCLUSÕES

A análise das tipologias habitacionais existentes nos municípios de Águas Lindas, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás mostraram um processo disperso e excludente de formação do espaço metropolitano, a partir da demanda por acesso à habitação popular.

Durante o ciclo fordista, a formação desta periferia metropolitana ensejou os primeiros loteamentos, com a venda de lotes a prestações, seguidos de autoconstrução das moradias, e conjuntos habitacionais, atraídos pela grande demanda popular da capital, em um processo conduzido, sobretudo, pelo capital rentista.

No ciclo neoliberal, por sua vez, esta periferia vem passando por grandes transformações socioespaciais, com a atração, em escala colossal, de novas tipologias habitacionais, várias delas do PMCMV, com atuação do capital monopolista. Nesse processo, a grande oferta de terrenos baratos, a baixa capacidade dos municípios em conduzir a expansão urbana e a alta demanda metropolitana por moradia têm resultado em um ritmo frenético da expansão urbana, tornando o tecido urbano ainda mais fragmentado, com a manutenção da dependência funcional de Brasília, a complexificação da exclusão e precariedade da vida social, com a *clusterização* e perpetuação de formas de habitação sem cidade.

As conclusões das narrativas orais da população corroboram as fragilidades sociais desse processo de construção da habitação sem cidade.



## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. *A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana, uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BAHIA, L. A. A cidade política: mudanças e perspectivas. *Revista de Administração Pública*. 12 (2):33-50, abr./jun. Rio de Janeiro, 1978.
- BONDUKI, N.G. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. *Teoria e Debate*, São Paulo, v. 82, p. 8-14, mai/jun 2009.
- CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira da urbanização de favelas. *Cadernos Metrópole*, PUCSP, São Paulo, n. 17, p. 219-240, 1º sem. 2007.
- CARDOSO, A. L.; JAENISCH, S. T.; ARAGÃO, T. A. Introdução. In: CARDOSO, A. L.; JAENISCH, S. T.; ARAGÃO, T. A. (orgs.). *Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 15-48.
- CODEPLAN. *Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios do Distrito Federal – PDADDF*. Brasília, 2015.
- COLELA, P. M. M. *O que não mudou na habitação popular: dos cortiços à comercialização de moradias em Brasília*. Dissertação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 1991.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOLANDA, F. R. B. Medeiros, V.A.S. de. Ribeiro, R.J. da Costa; Moura, A. M. de. A configuração da Área Metropolitana de Brasília. In: RIBEIRO, R. J. da C.; TENÓRIO, G. de S.; HOLANDA, F. de. *Brasília: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 64-97.
- JATOBÁ, S. U. *Crescimento urbano na metrópole de Brasília: potencial e limitações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- LAGO, L. C. do. A produção autogestionária do habitat popular e a requalificação da vida urbana. In: Cardoso, A. L.; Jaenisch, S. T.; Aragão, T. A. *22 anos de Política Habitacional no Brasil: da euforia à crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2017. p. 133-154.
- LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.
- MAGNANI, J.G.C. *Etnografia como prática e experiência*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, n. 32, p. 129-156, jul./dez, 2009.
- MARICATO, E. *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo: Editora AlfaÔmega, 1979.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. *Impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MATION, L.F.; NADALIN, V.G.; KRAUSE, C. *Favelização no Brasil entre 2000 e 2010: resultados de uma classificação comparável*. Brasília: IPEA. Texto para discussão, 2014.

MONTE-MÓR. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. A.; SILVEIRA, M. L. (Ed.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.

OLIVEN, R. G. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

PAVIANI, A. Periferização urbana. In: PAVIANI, A. (org.). *Metropolização e urbanização – A gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: Ed. UnB, 1987.

RIBEIRO, L.C.; PICHMAN, R.M. *O que é a questão da moradia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

ROLNIK, R. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 127-154, maio 2015.

SANTOS, C.H.M. *Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998*. Brasília: IPEA. Texto para discussão nº 654., 1999.

SCHVASBERG, B. *Do Plano Piloto a Brasília metropolitana: considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SENNET, R. *O declínio do homem público – As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOJA, E. W. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Malden, Mass.: Blackwell Publishers, 2000.

VILLAÇA, F. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

---

<sup>i</sup> O ciclo de urbanização fordista é aqui compreendido pelo período entre os fins da 2ª Guerra Mundial até os fins dos anos 1970, quando o modelo de acumulação baseado no tripé produção industrial de mercadorias, mão de obra assalariada para o consumo de massas e o Estado-forte (Harvey, 1992), resultou na atração de loteamentos populares. Ao turno de que, o ciclo de urbanização neoliberal é aqui compreendido pelo período entre os fins dos anos 1970, sobretudo a partir da ascensão de governos neoliberais (Harvey, 1992), até o presente momento, quando economia se torna cada vez mais financeirizada, cabendo ao espaço urbano a atração e remuneração de capitais financeiros. Cabe esclarecer que os modelos de acumulação não moldam apenas a atuação dos agentes econômicos, mas também dos diversos atores, como o Estado e a população.

